

A Participação das Trabalhadoras Rurais Brasileiras na REAF-MERCOSUL - a visão dos movimentos de mulheres

The Participation of Brazilian Rural Workers in REAF-MERCOSUR - the women's movements vision

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.113932>

Lana Rodrigues Silva

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil
rodriguessilva.lana@gmail.com  

Aline Contti Castro

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil
alinec.ufpb@gmail.com  

Resumo

O objetivo geral desse artigo é analisar a participação de organizações sociais brasileiras na produção das diretrizes de gênero da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul. Mais especificamente, os objetivos são: analisar as interações entre o governo brasileiro e as organizações sociais, assim como as demandas apresentadas pelos Movimentos de Mulheres; examinar os resultados dessas práticas sociais de resistência e de participação; e investigar as debilidades do processo participativo - sob a ótica das mulheres rurais. A metodologia é qualitativa, fundamentada em análise documental, observação e entrevistas semiestruturadas. A análise de conteúdo das entrevistas foi realizada por meio do *software* livre IRaMuTeQ. Os resultados mais destacados, na visão das trabalhadoras rurais, estão vinculados ao aprendizado, ao diálogo, ao fortalecimento da qualidade da sua presença nos espaços políticos e à maior visibilidade e articulação nacional e internacional dos Movimentos de Mulheres. Elas conseguiram colocar suas demandas de autonomia econômica e política, superando dificuldades anteriores e contribuindo ativamente com a construção de políticas públicas democráticas. As debilidades principais referem-se à frágil institucionalidade dessas iniciativas e à dependência da vontade política dos governos da vez.

Palavras-chave: REAF; Mercosul; GT Gênero; Participação Social; Mulheres Rurais;

Abstract

The general objective of this article is to analyze the participation of Brazilian social organizations in the production of gender guidelines for the Specialized Meeting on Family Farming (REAF) of Mercosur. More specifically, the objectives are: to analyze the interactions between the Brazilian government and social organizations, as well as the demands presented by the Women's Movements; examine the results of these social practices of resistance and participation; and investigate the weaknesses of the participatory process - from the perspective of rural women. The methodology is qualitative, based on document analysis, observation and semi-structured interviews. The content analysis of the interviews was made using the free software IRaMuTeQ. The most outstanding results, in the view of rural workers, are linked to learning, dialogue, strengthening the quality of their presence in political spaces and greater visibility and national and international articulation of the Women's Movements. They managed to present their demands for economic and political autonomy, overcoming previous difficulties and actively contributing to the construction of democratic public policies. The main weaknesses refer to the fragile institutionalality of these initiatives and the dependence on the political will of the governments in power.

Keywords: REAF; Mercosur; Gender Commission; Social Participation; Rural Women;

Recebido: 11 maio 2021
Aceito: 11 novembro 2021

Aa autoras agradecem à CAPES que financiou a a bolsa de mestrado de Lana Rodrigues Silva durante uma parte do curso.

Conflitos de interesse: As autoras não reportaram potenciais conflitos de interesse



Introdução

A marca central do Regionalismo Sul-Americano no século XXI foi a ascensão do Regionalismo Pós-Hegemônico (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012) ou Pós-Liberal (SANAHUJA, 2012) - que buscou, entre outras coisas, responder ao conhecido déficit democrático das organizações regionais. Nesse sentido, influenciado pelo novo momento regional, o relançamento do Mercosul, a partir de 2003, promoveu a integração social com a criação de mecanismos participativos no bloco, apontando para uma perspectiva de democratização do processo integrador.

Esse novo Mercosul Social, dos povos, foi marcado pelo Consenso de Buenos Aires (2003) firmado pelos Presidentes brasileiro e argentino, Lula da Silva e Néstor Kirchner, que preconizava a “participação ativa da sociedade civil” e a adoção de um modelo de desenvolvimento que conjugasse as diretrizes de crescimento econômico com os princípios de cidadania e justiça social, “de acordo com os valores, propósitos e objetivos estabelecidos na Cúpula do Milênio” (MERCOSUL, 2003). Esta trazia em sua agenda a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, no sentido de fortalecer sua autonomia.

Ainda assim, em uma perspectiva institucional, grande parte desses mecanismos de participação no Mercosul foi criada com caráter consultivo, e o processo decisório do bloco manteve seu caráter centralizado e intergovernamental, com o controle rígido dos governos sobre o andamento do processo de integração.

Nesse contexto, foi criada a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) em 2004. Nesta, as seções nacionais reúnem representantes dos governos e da sociedade civil e elaboram propostas consensuais para serem apresentadas nas seções regionais (mercosulinas). O trabalho é organizado por meio dos Grupos Temáticos (GTs)¹ que formulam orientações técnicas. Como resultado dessa articulação, a REAF pode sugerir recomendações sobre políticas públicas, acordos e pautas de trabalho – que são encaminhadas ao Grupo Mercado Comum (GMC). Este órgão executivo encaminha as propostas ao Conselho Mercado Comum (CMC) para serem aprovadas pelos Chefes dos Executivos Nacionais e implementadas pelos Estados. (BRASIL, 2010).

Em termos decisórios, a REAF é, pois, um órgão consultivo, com limites institucionais rígidos à participação. Não obstante, a importância da abertura ao diálogo representou muito para o setor da agricultura familiar, e o Método REAF é considerado uma inovação importante no Mercosul. Seu objetivo é fomentar uma cultura institucional de interlocução e aprendizado mútuo, em que as gestões aprendam a trabalhar com as demandas trazidas pelos movimentos sociais. Trata-se de uma lógica de coprodução de políticas entre os Estados e os movimentos sociais, por meio da cooperação (com organismos internacionais) e de produção coletiva entre os países membros, trazida por suas experiências domésticas (BERTI; BARROS JUNIOR, 2017).

No âmbito da Reunião, o GT Gênero teve uma trajetória muito relevante. Suas ações mais destacadas, entre 2004 e 2018, foram: elaboração de recomendações de financiamento do Programa Regional pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA-ONU); estabelecimento de “Diretrizes para a igualdade de gênero nas políticas públicas para a Agricultura Familiar” (Reaf Rec. N. 01/08; GMC Rec. 06/08); acordo sobre intercâmbio de atas com a Reunião Especializada da Mulher; aprovação de dois Programas Regionais; apresentação de estudos e realização de seminários e publicações; projetos de recomendação sobre mulheres rurais e sobre violência contra as mulheres - em articulação com a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM); Recomendação sobre Mulheres Rurais (CMC Rec. 07/12); articulação de agendas com a FAO e a CELAC; Recomendação sobre Políticas contra a violência de gênero no meio rural (CMC Rec. 01/18); e a realização do I Encontro de Mulheres Rurais do Mercosul Ampliado em 2018. Entre as decisões aprovadas pelo CMC, destacaram-se: a criação do Fundo de Agricultura Familiar (FAF) em 2008 e sua Regulamentação em 2009; a criação de selos de identificação da agricultura familiar; e o reconhecimento mútuo dos registros nacionais da agricultura familiar, ambos em 2014 (NIERDELE, 2016).

¹ Além do GT Gênero, há outros quatro: Acesso à terra e reforma agrária; Seguro agrícola e gestão de risco; Facilitação de comércio; e Juventude rural.

Em relação aos Programas Regionais, o primeiro foi desenvolvido entre 2006 e 2008, com o tema do “Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do Mercosul”. Em 2009, foi estabelecido um acordo com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID) por meio de um projeto específico para a realização do Programa (REAF, 2011). A justificativa para sua criação foi o contexto de insuficiência de mecanismos legais para reduzir a desigualdade de gênero no campo, no sentido de acesso igualitário à terra, à renda e ao trabalho. Entre 2015 e 2016, desenvolveu-se o segundo Programa Regional, financiado pelo governo brasileiro em parceria técnica com a FAO. Além de continuar a trajetória de apoio às políticas públicas de desenvolvimento rural nos governos dos países do Mercosul, a inovação desta edição foi a incidência na CELAC (MOLINA, 2019).

Tendo em vista esse panorama de ações da REAF, o objetivo geral desse artigo é analisar como se deu a participação de organizações sociais brasileiras na produção das diretrizes de gênero da REAF-Mercosul entre 2004 e 2018, com foco nas demandas e nos resultados dessa participação sob a ótica das mulheres rurais. Essa é a contribuição desse trabalho, enfatizando o aspecto *bottom-up* de construção de políticas públicas.² A análise concentra-se nas seguintes organizações: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), identificadas como as organizações que mais participaram do GT ao longo dos anos analisados.

O foco aqui é investigar a perspectiva dos movimentos de mulheres. Nossa pergunta é: de acordo com esses movimentos, como se desenvolveu sua participação na produção de diretrizes políticas de gênero da REAF? Para responder a essa pergunta, foram definidas dimensões analíticas fundamentadas na literatura relacionada à participação social na integração regional e à discussão sobre o sujeito político feminista.

Na análise dos mecanismos decisórios e de participação social no Mercosul - com base nas discussões de Alemany e Leandro (2006), ALOP (2009), Berrón (2013), Caetano (2004), Lasker e Guildry (2008), Serbin (2012) e Vasquez (2008) - foram definidas como dimensões fundamentais: as formas de interação entre o governo e a sociedade civil; a possibilidade de influência política e social das organizações do terceiro setor; e as debilidades do processo participativo. Além disso, por se tratar de movimentos de mulheres, fez-se importante inserir alguns conceitos da literatura sobre o sujeito político feminista - a partir das discussões de Alvarez (2014), Butto (2017), Kergoat (2010) e Scott (1995). O principal eixo utilizado foi o das práticas sociais, que exibem potencial de resistência e de mudança na luta pela igualdade de direitos.

Assim, os objetivos específicos desse trabalho são: analisar as interações formais e informais entre o governo federal e as organizações sociais brasileiras na criação das diretrizes do GT Gênero, bem como as demandas e contribuições dos movimentos de mulheres rurais (seção i); examinar as práticas sociais de resistência e de participação, sua influência sociopolítica e seus resultados (seção ii); e, finalmente, investigar os elementos da crise contemporânea e as debilidades relativas ao processo participativo (seção iii).

A metodologia do trabalho é qualitativa, fundamentada nos documentos oficiais do Mercosul, nas atas de reuniões e normativas produzidas, na observação (durante as reuniões da REAF em 2019) e sobretudo em entrevistas semiestruturadas realizadas com participantes dos movimentos sociais no GT Gênero e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foram realizadas oito entrevistas³ e, para aprimorar a análise desse conteúdo, foi utilizado o *software* livre Iramuteq (Interface de R para Análises Multidimensionais de Textos e de Questionários). Este se utiliza das funcionalidades do programa de análises quantitativas R e apresenta diversas opções de estatísticas textuais. Dentre estas, foi utilizada a nuvem de palavras, que sintetiza a ocorrência das

² *Top-down* e *bottom-up* são conceitos da área de gestão pública e referem-se ao planejamento e implementação de políticas públicas. As decisões podem ser tomadas de cima para baixo (por autoridades hierarquicamente superiores que buscam controlar os processos decisórios) ou de baixo para cima (a partir da participação do público-alvo das ações).

³ Três com representantes do governo federal e cinco com representantes de organizações sociais participantes da REAF. Todas as entrevistas foram feitas com mulheres, de modo a respeitar o lugar de fala e as experiências delas no GT Gênero.

palavras no corpus definido. Quanto maior a fonte, maior a frequência e a importância no corpus (CAMARGO; JUSTO, 2018). Após essa introdução, este artigo apresenta as três seções mencionadas e as conclusões.

O GT Gênero da REAF - as interações governo-sociedade civil e as demandas das trabalhadoras rurais

A primeira dimensão de análise da participação dos movimentos de trabalhadoras rurais no GT Gênero refere-se às interações entre o governo e a sociedade civil, com destaque para as demandas e contribuições desses movimentos. Inicialmente, a oportunidade de participação foi possibilitada pelos governos, em especial o do Brasil, que convidou organizações de abrangência nacional e subnacional. Por outro lado, esse feito foi fruto de uma luta histórica, uma conquista há muito reivindicada por esses movimentos. A análise demonstra uma participação social operativa (ALEMANY, LEANDRO, 2006) na maior parte do período analisado, com os movimentos assumindo papel ativo na construção da agenda de gênero.

Duas forças centrais impulsionaram a participação social brasileira na REAF: de um lado, no eixo estatal, a eleição de Lula da Silva (PT) em 2003 e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com foco na agricultura familiar; e, de outro, no eixo social, a pressão dos movimentos rurais brasileiros nos âmbitos doméstico e sul-americano, unidos pela Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM). A abertura ao diálogo, para tratar dos problemas enfrentados pelo setor, não foi aceita inicialmente por alguns países, como o Paraguai e a Argentina, assim como também não foi apoiada por algumas organizações sociais brasileiras do campo, como a Via Campesina (MDA, 2020).

No eixo governamental, a eleição de Lula da Silva representou um divisor de águas para o aprofundamento das políticas públicas para as mulheres e agricultoras familiares no Brasil, no sentido de possibilitar a construção de um diálogo com os movimentos de trabalhadoras/es rurais que reivindicavam o direito à terra, à produção e à comercialização. Quanto ao MDA, um marco muito importante foi a criação da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) que possibilitou a inserção da agenda de gênero no debate sobre agricultura familiar. Assim, o Brasil se mostrou protagonista nas discussões sobre mulheres rurais especialmente porque possuía uma equipe especializada na questão, que propôs a criação do GT Gênero e encabeçou as articulações (BUTTO, 2017; MDA/NEAD, 2006; REAF, 2021; GUIDOBONO; QUESADA; RADO, 2014).

Por outro lado, tal destaque se deu porque os movimentos sociais no país já estavam domesticamente envolvidos em espaços formais de participação social e outras formas de luta por direitos, o que se mostrou fundamental para a qualidade e o destaque dessa atuação nos diálogos propostos no GT Gênero. Em termos históricos, dentre os movimentos entrevistados, todos já faziam parte de alguma instância nacional de diálogo com o governo federal, especialmente o Conselho Nacional da Mulher (criado em 1985), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, criado em 1993) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF, criado em 2003).

Os esforços para a construção da agenda de gênero na REAF vinham, do lado da sociedade civil, dos movimentos ligados à Marcha das Margaridas (MM) que exerciam pressão sobre a COPROFAM; e do lado dos governos, da articulação brasileira. No final, todas as articulações buscavam exercer pressão sobre os próprios governos nacionais para adotarem a agenda de gênero proposta (BUTTO, HORA, 2010; MDA, 2020).

O primeiro embate relativo à construção do GT voltou-se a discussões mais amplas de gênero e das relações entre homens e mulheres na sociedade. Alguns países não estavam de acordo com o estabelecimento de um espaço reservado às questões das mulheres exclusivamente. Como as propostas da REAF são construídas de forma consensual, foram feitas adaptações até o GT chegar na conformação estabelecida. A estratégia inicial, então, foi abandonar o debate conceitual sobre gênero, já que não houve consenso possível, e focar em temas convergentes. De acordo com uma entrevistada:

Passamos a arrumar uma estratégia de poder fazer as ações a partir de programas, projetos e ações. Então era assim: qual é a agenda que nos une? A questão do acesso à terra, por exemplo, como é que a questão de gênero vai aparecer? Do ponto de vista das mulheres! Temos que assegurar o direito das mulheres à terra. Então assim ficava muito claro que a posição é que as mulheres é que tinham que ascender e precisavam de critérios diferenciados para que elas ascendessem à terra. E assim vai indo para outras discussões do crédito e da assistência técnica (MDA, 2020).

Tal estratégia permitiu que ações como o Programa Regional e as Recomendações fossem construídas e encaminhadas com foco principal no tema da autonomia econômica das mulheres rurais. Todavia, é importante mencionar que a resistência inicial de alguns países, como Paraguai e Argentina, à agenda de gênero no campo estava relacionada a uma questão mais ampla de legitimação da agricultura familiar e de reconhecimento de um setor que demandaria políticas públicas específicas (BUTTO; HORA, 2010). Assim, além de abrir espaço para a pauta das mulheres rurais, tratou-se, concomitantemente, de construir um entendimento sobre o conceito de agricultura familiar e a importância de sua institucionalização (NIERDELE, 2016; NIERDELE, 2017). Esse movimento apresentou avanços e retrocessos, a depender dos governos da região e de sua abertura para estabelecer uma institucionalidade para o setor.

Outro ponto de destaque na construção do GT Gênero foi uma mudança no perfil da participação em relação à qualidade e à quantidade de organizações sociais participantes. No momento de formação da Reunião, tais organizações sociais possuíam pouca ou nenhuma voz nas seções regionais:

Não era fácil, a gente nem falava. No começo da REAF, a gente nem falava. Quando a gente queria alguma coisa, a gente se expressava através dos representantes dos governos. A gente escrevia, dizia a eles, e eles diziam se podiam colocar aquilo na reunião. A gente só ficava feito lagartixa balançando a cabeça. E aí, a gente foi se expandindo. Dentro do Brasil outras organizações foram chegando pra REAF e outras organizações a nível de Mercosul também (MMTR-NE, 2020).

Nesse aspecto, a principal contribuição identificada pelas entrevistadas foi por parte da equipe técnica da DPMR-MDA. Esta ficou responsável por levantar as discussões sobre as agricultoras familiares, que tinham pouca ou nenhuma autonomia econômica nos países do Mercosul, e por incentivar as representantes brasileiras a se colocar nesse espaço, a ter um papel mais ativo e a contribuir com sua voz. Esse incentivo foi relevante para as organizações do Brasil, assim como para as organizações de outros países, que aos poucos foram assumindo também espaços de fala.

Também de acordo com as entrevistas, foram destacadas cinco demandas mais relevantes para as mulheres rurais brasileiras. A primeira (i) foi que a Declaração de Aptidão ao Pronaf⁴ (DAP) fosse emitida em nome das mulheres. Posteriormente, foi solicitada uma reformulação do Pronaf Mulher, com aumento no valor do crédito que poderia ser aprovado para as agricultoras. O registro da agricultura familiar através da DAP teve grande relevância pois levou a produção das mulheres a aparecer. Anteriormente, esta era uma produção invisível, ou, de acordo com uma entrevistada, inexistente (MIQCB, 2020). Estas políticas eram discutidas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no CONDRAF, e nem sempre a sociedade civil conseguia incidir sobre as decisões do governo federal. As demandas que não eram atendidas nestes espaços eram levadas à REAF, tanto nas seções nacionais como nas regionais (mercosulinas), onde podiam ser rediscutidas e, em alguns casos, aprovadas, tornando-se um espaço favorável às políticas para as mulheres rurais.

Outras demandas relevantes foram: (ii) a titulação conjunta e obrigatória da terra, que estava, em sua maioria, na posse dos agricultores homens; (iii) uma política de produção da agricultura familiar voltada às mulheres rurais que envolvesse o crédito fundiário e as compras públicas; (iv) o combate à violência contra a mulher, que foi resultado do direcionamento de algumas organizações participantes influenciadas pela agenda da Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM) e que foi ganhando centralidade também pela necessidade do consenso; e, por fim, (v) a questão da participação das mulheres no âmbito das próprias organizações sociais e na política de forma mais ampla.

⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Em consonância com as demandas apresentadas e com as vozes entrevistadas, pode-se apontar que, entre 2004 e 2014, a agenda da autonomia econômica foi o objetivo central do GT. Tal agenda buscava convencer os governos da região a pactuarem melhores condições de acesso das mulheres aos meios de produção.

A partir de 2012, o GT passou também a focar-se em unir a agenda de gênero que vinha sendo construída na REAF com o esforço de outras instâncias e organismos regionais, como a RMAAM-Mercosul, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Esta ação foi desempenhada sobretudo por agentes do governo, mas as representantes dos movimentos sociais também identificaram contribuições significativas por parte destes organismos, especialmente da FAO.

A aproximação com a FAO esteve especialmente em evidência a partir do momento em que o Brasil ocupou a Direção-Geral da organização em 2011⁵, aprimorando seu perfil de atuação na agenda da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do combate à fome, que o Brasil trazia desde o início do governo Lula. A partir de então, diversas iniciativas financiadas pela FAO foram resultado de aportes financeiros do Brasil na organização, inclusive para fomentar a agenda de gênero. A aproximação com a CELAC também ocorreu por uma provocação da REAF-Mercosul, que produziu recomendações à organização para a construção de uma agenda de gênero na América Latina e Caribe (REAF, 2021).

O período entre 2004 e 2014 representou uma década de construção e avanços políticos desenvolvidos na REAF e no GT Gênero. Conforme abordagem de Alemany e Leandro (2006), podemos sintetizar essa participação social a partir dos seguintes elementos: i) informação: o convite às organizações, a facilitação de sua participação pelo custeio de seu deslocamento para as reuniões, e a relação dessas com o ponto focal do GT no Brasil; ii) diálogo/debate: as reuniões nacionais e regionais contavam com a participação de organizações da sociedade civil, que se reuniam e se articulavam antes, durante e após as reuniões, apresentando suas demandas e buscando formas de transformá-las em ações concretas; e iii) consulta: realizadas para construir consensos em relação às temáticas que eram priorizadas nas reuniões, demonstrando que a agenda de gênero na REAF havia sido construída em conjunto, com contribuições dos governos e organizações, especialmente as brasileiras. Assim, este período foi caracterizado por uma participação operativa, em que atrizes e atores integraram um sistema de monitoramento e tomada de decisão, influenciando a política regional para o setor (ALEMANY; LEANDRO, 2006).

No geral, em relação às ações desenvolvidas durante todo o período, sua relevância está relacionada, pelas entrevistadas, pela possibilidade de propor políticas públicas para as mulheres rurais e a agricultura familiar como um todo, denunciar atos, discutir e levantar uma pauta unificada das organizações, articular redes e ganhar visibilidade, de modo a influenciar as companheiras dos outros países.

Mas eu acho muito importante, toda vez que a gente senta, que a gente dialoga, que a gente coloca na mesa quais são os nossos problemas, quais são as nossas possíveis soluções, quem são os atores que a gente pode contar, quem são os atores que a gente tem que dialogar. Isso que eu acho importante. E embora a gente tenha estado fisicamente em vários países conversando, dialogando, a gente acaba dizendo o seguinte: os problemas são muito parecidos, só muda a localização geográfica. No fim de tudo, por tudo o que essa participação, uma coisa que ela ensinou, eu tenho isso desde sempre: que todas essas pessoas, do mundo inteiro, elas gostam de ser ouvidas com atenção (MIQCB, 2020).

A relevância que as entrevistadas atribuíram à REAF diz respeito não só às ações desenvolvidas, às conquistas políticas domésticas, mas também ao espaço de participação que possibilitou a troca de experiências de vida, fortalecendo-as enquanto mulher e sujeito político.

⁵ José Graziano da Silva ocupou esse cargo entre 2011 e 2019.

Práticas sociais, influências e resultados do processo participativo

A segunda dimensão dessa análise refere-se às práticas sociais de resistência e de participação, sua influência sociopolítica e seus resultados. Em relação às práticas, destacou-se o surgimento de formas de resistência entre os movimentos de mulheres rurais por meio do incentivo à participação política, assim como pelo fortalecimento de redes específicas de articulação. Também foi observado um efeito positivo na ocupação das mulheres em cargos de liderança nas organizações, em direção a um maior equilíbrio de gênero. A CONTAG, por exemplo, atualmente conta com uma paridade de representação na ocupação dos cargos diretivos. A atual Diretora da Secretaria de Mulheres participou ativamente da REAF ao longo dos últimos anos, especialmente no GT Juventude (CONTAG, 2021; REAF, 2021). Tal movimento também ocorreu na COPROFAM, em que, apesar de não paritária, mais de 40% da diretoria atual é composta por mulheres (seis em um total de quatorze diretores/as) (COPROFAM, 2021).

A prática da participação em nível nacional ajudou a preparar as mulheres brasileiras para expressar suas demandas em outros espaços públicos, inclusive internacionais, ampliando sua visibilidade. Essa não era a realidade na maioria dos países participantes. A REAF foi para essas mulheres, inclusive para as brasileiras, um espaço público que precisou ser conquistado. A consciência de que o espaço público não foi feito para as mulheres começou a surgir exatamente quando se decidiu inserir nele. De acordo com uma entrevistada:

Foi um enfrentamento muito grande na REAF com relação ao machismo. Eles, os homens, não queriam enxergar a gente como uma protagonista de política. Que a gente estava ali discutindo política. E ainda, às vezes, as nossas propostas, eles não aceitavam. A gente também batalhou pra conseguir o GT Gênero dentro da REAF. E foi muita briga (MMTR-NE, 2020).

A partir desse relato, pode-se inferir a importância da prática política das mulheres na REAF e da construção de um espaço para tratar especificamente das desigualdades de gênero na agricultura familiar, especialmente no contexto de persistência do machismo e do patriarcado nos espaços políticos⁶. Conforme as observações de Alvarez (2014), os discursos feministas, suas interpretações e ideias desenvolveram formações políticas e, neste caso, produziram mudanças positivas no papel das mulheres no âmbito econômico, assim como nos espaços de participação e decisão política.

Todas as entrevistadas atribuíram à Reunião um valor significativo enquanto espaço de diálogo político, de troca de experiências e aprendizado, tanto de caráter técnico quanto político. Destacou-se também, no caso brasileiro, uma aproximação inicial com outros Ministérios que antes não estavam no seu espectro de articulação e diálogo. A REAF contou com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, para as participantes, esse diálogo contribuiu para o aprendizado de sua formação política e para ampliar a visibilidade de seus movimentos. Em termos de influência, para além dessa maior visibilidade, os resultados significativos estiveram vinculados à incidência destes movimentos no fortalecimento institucional das políticas para as mulheres rurais.

Como referido anteriormente, a participação das trabalhadoras brasileiras influenciou a participação de grupos dos outros países. Não somente em termos de ações do GT, mas também em termos de contribuições para a ampliação da visão sobre a luta das mulheres rurais pela terra, produção e comercialização. As trocas foram realizadas sobretudo por meio dos intercâmbios desenvolvidos no Programa Regional, da participação formal e das Redes que foram sendo construídas ou aprimoradas, especialmente tratando da Marcha das Margaridas, cujo fortalecimento se deu por meio da participação de movimentos sul-americanos de mulheres articulados via REAF, causando assim um impacto relevante nos

⁶ No momento de criação da REAF, os movimentos brasileiros já apresentavam certo amadurecimento nas questões de gênero e feminismo. De acordo com Butto (2017), no período anterior, de constituição dos movimentos de mulheres rurais, não se levantavam tais questões. Foi a partir da década de 1990, com a expansão das lutas e a abertura de espaços subnacionais, nacionais e internacionais de organização política que foi possível abrir as pautas dos movimentos a tais questões.

movimentos de mulheres rurais nos países do Mercosul ampliado (BUTTO, 2017; MOLINA, 2019; MDA, 2020; MIQCB, 2020; MMTR-NE, 2020).

No caso das organizações brasileiras, houve grande valorização da abertura que o governo federal deu ao diálogo e uma maior compreensão sobre as especificidades de cada país, fortalecendo a capacidade de interlocução internacional dessas lideranças.

Naquilo que diz respeito ao diálogo com os governos, acho que foi muito interessante para que elas conhecessem a realidade dos países, que elas inclusive percebessem claramente como no Brasil havia um grau de institucionalização e de legitimação dessa agenda muito distinto do que havia em outros lugares da região. E que elas, claro, ganhassem com esse diálogo também uma legitimação como interlocutoras em uma região, legitimadas nessa condição, estimulando e criando capacidade de pensar muito além de seu país, reforçando o que vinha sendo dialogado e praticado no Brasil, mas também gerando novas demandas, gerando novas frentes de atuação e novas demandas, a partir daquilo que se discutia nesse ambiente do Mercosul (MDA, 2020).

Ademais, os resultados da participação no GT Gênero não se deram somente no aspecto governamental. Participar da REAF também abriu as portas para os movimentos sociais se articularem com mais força dentro de seus países, na América do Sul e em outras regiões do mundo por meio de articulação em Redes e via projetos de cooperação internacional. As entrevistadas consideraram como construtiva a participação tanto nos diálogos promovidos nas seções nacionais e regionais, quanto nos intercâmbios promovidos pelo Programa Regional. Esse processo incentivou a inserção de mulheres rurais dos outros países do Mercosul em novos fóruns participativos. Assim, a influência social dos movimentos participantes não esteve ligada unicamente às ações desenvolvidas no GT e às políticas públicas aprimoradas dentro do Brasil e nos outros países⁷, trata-se de uma influência às participantes em termos de experiência de vida, de militância, de formação política e de laços e redes de diálogo entre as mulheres rurais da América Latina.

Outro resultado observado foi a contribuição da REAF para a inserção das trabalhadoras rurais brasileiras em outros espaços governamentais e organizações internacionais. O MIQCB por exemplo, participou de discussões do acordo Mercosul-União Europeia, discussões de paz na Colômbia e conferências internacionais sobre combate à violência contra a mulher. A CONTAG tem participação na Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e no FIDA-ONU.

Quanto à importância atribuída à integração regional, todas as entrevistadas consideraram relevante a experiência de conhecer as realidades das agricultoras e agricultores dos países vizinhos e a evolução da participação ao longo dos anos. Se, no princípio, as mulheres rurais não conseguiam se expressar, se sentiam inibidas e/ou reprimidas pelos representantes dos governos ou pelos próprios companheiros representantes das organizações, o esforço de abrir esse espaço para discutir a desigualdade de gênero no campo foi, aos poucos, sendo reconhecido pelos/pelas participantes e encorajou e motivou as mulheres a se apropriarem do espaço do GT Gênero. Esse movimento foi visto pelas participantes como um fortalecimento mútuo, que contribuiu para desenvolver a autonomia política destas mulheres, para além da econômica.

A falta de autonomia econômica e política, o patriarcado e a violência contra a mulher foram percebidos pelas entrevistadas como um problema comum, que deveria ser combatido na coletividade. As participantes brasileiras se viram como uma referência às companheiras dos outros países, quando compartilhavam os contextos que viveram de violência doméstica, violência dentro do movimento sindical e no trabalho, e relatavam suas experiências de como conseguiram superar essas realidades.

Em suma, podem ser feitas algumas constatações sobre a influência dos movimentos de mulheres no GT Gênero. Primeiro, cabe destacar que as organizações sociais compuseram um processo de construção coletiva. Nesse sentido, não

⁷ Ver, por exemplo, o trabalho de Caroline Molina (2019) que apresenta a influência da REAF na formulação e desenho de políticas públicas para mulheres rurais no Paraguai e Uruguai entre 2004 e 2017.

A partir da palavra “REAF”, de maior destaque na nuvem, e das palavras “mulheres rurais”, “Brasil”, “falar”, “discussão”, “espaço”, “participar”, “organizações sociais”, evidencia-se que as entrevistadas perceberam a Reunião como um espaço participativo, de diálogo e proposições de políticas públicas para as mulheres rurais no Mercosul, destacando o papel do Brasil tanto no âmbito do governo federal, especialmente representado pelo MDA, quanto na participação das organizações brasileiras. A nuvem evidencia também os principais temas trabalhados na reunião, como a violência contra a mulher, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), o acesso à terra e ao crédito. Além disso, as palavras “processo”, “dificuldade”, “homem”, “entrar” e “política” remetem aos relatos das entrevistadas sobre os esforços para a construção do GT e sua consolidação dentro da REAF, assim como às diferentes formas de entendimento dos países do Mercosul sobre a agricultura familiar e a questão de gênero no campo.

Crise Contemporânea e Debilidades

O movimento de participação e de expansão da agenda de gênero da REAF para outros espaços regionais foi interrompido a partir da crise política brasileira instaurada no Governo Dilma Rousseff (PT) que culminou com o golpe parlamentar e o estancamento da agenda brasileira de participação social. Além disso, as crises sociais e políticas na região influenciaram de forma negativa o desenvolvimento de ações e da participação social. Uma emergência de governos conservadores combinou-se com a retirada dos recursos utilizados para financiar a Reunião. O fim do Fundo da Agricultura Familiar reduziu ou impossibilitou a participação da sociedade civil, de acordo com as entrevistadas. A REAF continua existindo, mas com uma fragilidade que não era típica do período anterior. Quando questionadas sobre a participação no órgão no período mais recente (2015-2018), certas entrevistadas responderam que sua organização participou às vezes, mas não mencionaram questões relevantes desenvolvidas no período – exceto a menção ao tema do combate à violência contra a mulher; algumas não souberam falar sobre o que o GT desenvolveu neste período; e outras responderam que a REAF não existe mais, o que pode ser interpretado como um descontentamento com a mudança do perfil da reunião, que conta com menos ações e com um orçamento e participação social reduzidos.

A partir de 2015, essa incidência diminuiu em função da redução dos representantes dos movimentos sociais devido às novas orientações políticas dos governos e ao desincentivo ao diálogo com o setor. Ou seja, no caso especificamente do GT Gênero, o esfriamento discutido por Berrón (2013) esteve mais relacionado a questões político-ideológicas do que à ausência de resultados concretos em termos de política pública.

Diferentemente do que aponta Alemany e Leandro (2006), a experiência do GT Gênero da REAF não demonstrou indícios de elitização da participação, apesar de observarmos diferenças de pesos relativos entre as organizações participantes, evidenciadas nas ausências de algumas por falta de recursos. Contudo, diante da amplitude e diversidade da agricultura familiar na região, pode-se afirmar que a capacidade de representação e o reconhecimento de novos atores no processo integrativo foram, de certa maneira, limitados.

Evidenciou-se também uma limitação mais ampla advinda da baixa institucionalidade regional da própria agricultura familiar, que dificultou o desenvolvimento das ações do GT Gênero. Exceto o Brasil e o Paraguai, que possuíam alguma institucionalidade para o setor, os outros países participantes da Reunião tinham apenas seus Ministérios da Agricultura, e, para apoiar o setor, contavam apenas com projetos de cooperação internacional, em especial com o FIDA (BUTTO; HORA, 2010). Tais projetos possuíam diversas limitações, a começar pelo alcance e orçamento das ações (GUIDOBONO; QUESADA; RADO, 2014). Esse foi um dos desafios centrais da REAF, já que não havia reconhecimento do setor e, portanto, das sujeitas/os de direitos.

A expectativa de garantir a implementação da agenda de gênero com recursos próprios do Mercosul foi, de certa forma, frustrada, especialmente porque a ideia de construir o FAF demorou a avançar e somente entrou em vigor a partir

de 2012, quando foi aprovado no Congresso brasileiro⁸. Neste aspecto, observamos que tal fragilidade institucional refletiu questões econômicas, técnicas, jurídicas, além da concepção política do processo, como apontou ALOP (2009). Este foi o motivo pelo qual o GT optou por elaborar, a convite da AECID, um projeto de cooperação para desenvolver ações, o Programa Regional. Apesar da importância deste Programa, a ausência de recursos financeiros próprios destacou-se como uma fragilidade significativa da Reunião, dificultando o apoio a suas iniciativas. Essa baixa capacidade influenciou negativamente a institucionalização da perspectiva de gênero nos países participantes porque impediu o desenvolvimento de ações concretas e prejudicou a participação, dificultando a consolidação da agenda.

Além disso, o machismo, como fator cultural, foi relatado como uma dificuldade adicional e observou-se uma dificuldade (relativamente minorada ao longo do processo) de as mulheres serem reconhecidas enquanto sujeitos políticos. Foi desafiador inserir a temática de gênero em um espaço público com visões diferentes sobre o papel das mulheres na agricultura familiar, campesina e indígena. A depender da quantidade de recursos que a Reunião dispunha para financiar a participação social, as organizações de mulheres ficavam na iminência de ser prejudicadas. Talvez as discussões de gênero não fossem tão priorizadas quanto as dos outros GTs, e a REAF não trabalhou com paridade de gênero nas representações da sociedade civil. Do lado dos governos, no geral, observou-se, a partir das listas de presença, uma maior representação masculina nas reuniões (REAF, 2021).

A agenda de gênero também apresentou risco de retrocesso conforme a orientação política dos países participantes, confirmando a ausência de uma visão regional discutida por Vazquez (2008). Ou seja, o desenvolvimento dessa agenda de gênero foi resultado de um projeto nacional, principalmente brasileiro, que conduziu o projeto comum para níveis mais ou menos relevantes, a depender da vontade política dos governos nacionais.

A colocação de Serbin (2012) de que a heterogeneidade das organizações dificultou a articulação de vozes e posições comuns foi observada, especialmente no período de formação da Reunião. Outras debilidades identificadas foram: a dificuldade em abranger a diversidade da agricultura familiar regional no espaço da REAF; a persistência da condição de vulnerabilidade econômica e social por parte das mulheres rurais da região; e a dificuldade linguística entre as falantes de português e espanhol.

Conclusão

Muitos trabalhos sobre os mecanismos decisórios no Mercosul trazem críticas sobre a centralização decisória do bloco e as limitações à participação. Ao se analisar os mecanismos regionais de governança como estruturas de poder, a pouca influência formal dos movimentos sociais nas decisões de caráter intergovernamental pode levar a certo ceticismo.

Contudo, esse trabalho de analisar o GT Gênero da REAF a partir da participação e perspectiva das mulheres rurais evidenciou resultados muito significativos. Elas enfrentaram grandes desafios em seus ambientes e no Mercosul, mas conseguiram obter conquistas muito relevantes, ideacionais, materiais e imateriais e também foram líderes em termos de avanços legais aqui considerados.

O espaço de diálogo que foi aberto para a discussão de políticas públicas para a Agricultura Familiar, Campesina e Indígena foi fruto da luta dos movimentos rurais na América do Sul, especialmente articulados na COPROFAM, e de um momento político favorável na região, com a ascensão de governos progressistas e iniciativas voltadas para questões sociais e democráticas. A liderança do Brasil nos debates da reunião veio tanto do MDA quanto das organizações sociais, familiarizadas com a luta por políticas públicas no setor, que já apresentava institucionalidade no país.

Os principais temas pautados ao longo dos anos foram relacionados à autonomia econômica e política das mulheres rurais e o reforço da institucionalização da perspectiva de gênero no MDA e no Ministério da Agricultura.

⁸ O Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul, que teve duração de cinco anos, estabeleceu uma contribuição fixa anual de quinze mil dólares estadunidenses de cada Estado Parte, além de uma contribuição anual de trezentos mil dólares estadunidenses integrada nas seguintes percentagens: Brasil: 70%; Argentina: 27%; Uruguai: 2%; e Paraguai: 1% (BRASIL, 2012).

Inicialmente, destacou-se a importância da emissão da documentação relativa ao registro de produtora rural, que possibilitaria a produção de dados sobre o trabalho das mulheres rurais, assim como o seu acesso à terra e a políticas de crédito e comercialização.

A agenda de gênero da REAF foi construída em intenso diálogo entre governos e organizações sociais, o que confirma as indicações da literatura de que a Reunião foi um dos melhores - senão o melhor - exemplo de espaço participativo no Mercosul. As demandas dos movimentos foram, aos poucos, sendo incorporadas e produzindo resultados significativos em termos de normativas do Mercosul para os países membros, intercâmbios, redes de articulação entre os movimentos sociais na América Latina e difusão da agenda das mulheres rurais em outros fóruns regionais, como a FAO e a CELAC.

Na ótica dessas trabalhadoras, os resultados de sua participação na REAF estão vinculados a avanços na participação democrática, na visibilidade e articulação dos seus movimentos, na luta contra o machismo e na busca por autonomia. Pode-se destacar também que o avanço do diálogo contribuiu para um processo de construção de confiança com os entes governamentais, fatores importantes para a estabilidade política e o aprimoramento democrático.

Entretanto, as principais debilidades desse processo participativo estiveram relacionadas com a frágil institucionalidade dessas iniciativas e com a vinculação de seus avanços à vontade política dos governos. Desde 2015, com a crise política brasileira, a REAF e o GT Gênero começaram a enfrentar dificuldades devido à falta de interesse político dos governos na temática e à consequente retirada de recursos. Dinâmica aprofundada após o fim do Fundo (FAF) que financiava a participação social e outras iniciativas.

O MDA, que havia sido criado em 2000 e aprimorado em 2003, foi extinto no primeiro dia do governo Temer. Suas competências foram inicialmente transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, depois de poucos dias, repassadas para a Casa Civil. O atual governo, um dia depois da posse, transferiu essas competências para o Ministério da Agricultura que, como é sabido, é muito influenciado pelos interesses do agronegócio e tem quase nula porosidade às demandas da agricultura familiar. Ademais, no Brasil atual, evidencia-se uma crise democrática tendo em vista a eliminação de diversas instâncias participativas por parte do governo federal.

Nesse contexto, durante a reunião da REAF de 2019, foi possível observar a preocupação das organizações e de alguns técnicos sobre a continuidade da REAF, em meio a essas mudanças políticas. As organizações brasileiras evidenciaram, em sua fala, a importância fundamental de manter o espaço construído e a institucionalidade existente, mais do que levar novas demandas e propor políticas públicas. Além disso, a preocupação com a extinção da Secretaria Técnica da REAF e a necessidade de pensar em formas de viabilizar a participação dos Movimentos estiveram presentes em quase todos os discursos, especialmente porque, poucos meses antes, o presidente Jair Bolsonaro havia assinado o Decreto 9.759, extinguindo mais de seiscentos Conselhos Federais, o que representou uma perda para a sociedade civil e a democracia participativa como um todo.

Ainda assim, o caminho construído pela REAF representa um grande legado, com potencial futuro de ampliar as trajetórias anteriormente iniciadas, de construção de políticas públicas regionais a partir da base (*bottom-up*) e de uma maior articulação entre governos e organizações da sociedade civil. É, portanto, essencial continuar buscando meios de maior institucionalização dos avanços conquistados, para que sejam implementados como políticas domésticas. A inclusão econômica e política das mulheres rurais é um processo importante na luta contra as desigualdades sociais, de gênero, classe e raça. Nosso intuito aqui foi dimensionar e visibilizar essa luta, reforçando sua importância no debate acadêmico.

Referências

ALEMANY, C.; LEANDRO, B. **Análisis y propuestas para la participación ciudadana en el Mercosur**. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung Uruguay, 2006.

- ALOP. **El Mercosur ciudadano**: retos para una nueva institucionalidad. Montevideo: ALOP - Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción al Desarrollo, 2009.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, 2014, n.43, p. 13-56.
- BERRÓN, Gonzalo. Viejos y nuevos dilemas para la participación social en los procesos de integración sudamericanos. **Cadernos Prolam/USP**, v. 13, n. 23, p. 160, 2013.
- BERTI, N. e BARROS JUNIOR, O. A. **A REAF-Mercosul e a construção de uma agenda regional de políticas públicas regionais para a agricultura familiar**. In: 9. Congresso Latino-Americano de Ciência Política. Montevideo, 2017.
- BRASIL. **REAF**: Reunião Especializada em Agricultura Familiar do Mercosul. Publicação Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 7.858, de 6 de dezembro de 2012**. Promulga o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL - FAF MERCOSUL, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7858.htm. Acesso em 02 nov. 2021.
- BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Eds). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- BUTTO, Andrea. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil**: construção do sujeito feminista. Tese de doutorado e Sociologia. UFPE, Brasil, 2017, 277p.
- CAETANO, Gerardo. **Los retos de una nueva institucionalidad para el Mercosur**: Colección Análisis y Propuestas. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung Uruguay, 2004.
- CAMARGO, B. JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ**. Porto Alegre, UFSC, 2018.
- CONTAG, 2021. **Diretoria**. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=2&nw=1>. Acesso em: 02 nov. 2021.
- COPROFAM, 2021. **Autoridades**. Disponível em: <https://coprofam.org/autoridades/>. Acesso em 02 nov. 2021.
- FERREIRA, Guilherme A. A Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF): expansão ou aprofundamento da integração regional? **Revista Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v.10, n.49, p.81-95, 2019.
- FERRO, Silvia Lilian. Qual a importância das desigualdades de gênero no desenvolvimento rural dos países do MERCOSUL? In: MIRANDA, Cynthia Mara; CÔTÉ, Denyse; BARROSO, Milena Fernandes; ESTÁCIO, Marcos André Ferreira (Eds). **Gênero, Desenvolvimento e Território: novas semânticas e antigas práticas**. Manaus, 2015.
- GUIDOBONO, N.; QUESADA, S.; RADO, C. **Evaluación Externa del Programa Regional de Fortalecimiento Institucional de Políticas de Igualdad de Género em la Agricultura Familiar del Mercosur**. Documento final. Montevideo: FLACSO, 2014.
- KECK, M.; SIKKINK, K. **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca: Cornell University, 1998.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 86, São Paulo, 2010.
- LASKER, R. D.; GUIDRY, J. A. **Engaging the community in decision making**: case studies tracking participation, voice and influence. Jefferson: McFarland & Company, 2008.
- MDA/NEAD. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- MDA, 2020. Entrevista concedida à Lana Rodrigues Silva, por videoconferência.
- MERCOSUL. **Consenso de Buenos Aires**, 2003.
- MERCOSUL. Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar, 06.; Porto Alegre, 2006. Ata nº 02/06. **ANEXO VII**.
- MERCOSUL. Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar, 27.; Florianópolis, 2017. Ata nº 02/17. **ANEXO VII**.
- MERCOSUL. Carta de Medianeira. **I Encontro de Mulheres Rurais do Mercosul ampliado**, 2018. Disponível em: <https://www.unicafes.org.br/upload/download/176.pdf?v=20210403223902>. Acesso em 5 nov. 2021
- MIQCB, 2020. Entrevista concedida para Lana Rodrigues Silva, por telefone.
- MNTR-NE, 2020. Entrevista concedida à Lana Rodrigues Silva, por videoconferência.
- MOLINA, Caroline Buosi. **Influências da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul na construção de políticas públicas para as mulheres rurais no Paraguai e Uruguai**. Dissertação de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Universidade de Brasília, Brasil, 2019.

- MONTEIRO, Nayara de Lima. **A construção da transversalidade da perspectiva de gênero no MERCOSUL: alcances e limitações a partir das relações de poder**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, UEPB, Brasil, 2014.
- NIERDELE, Paulo André. A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: sociogênese de uma plataforma de diálogos entre Governos e Movimentos Sociais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24 n. 2, 2016.
- NIERDELE, Paulo André. A institucionalização da agricultura familiar no Mercosul: da definição normativa aos sistemas nacionais de registro. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 1, p. 67-94, 2017.
- REAF. **Igualdade de gênero en la agricultura familiar del MERCOSUR**. Programa de Cooperación Mercosur-AECID. Centro de Formación de la Cooperación Española en Montevideo. Montevideo, 2009.
- REAF. **Seminario-Taller Políticas para las mujeres rurales: bases conceptuales e instrumentales**. Programa de Cooperación Mercosur-AECID. Centro de Formación de la Cooperación Española en Montevideo. Montevideo, 2011.
- REAF. **Biblioteca REAF**, 2021. Disponível em: <http://www.reafmercosul.org/biblioteca-reaf>. Acesso em 02 nov. 2021.
- RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana. **The rise of post-hegemonic regionalism in Latin America**. Londres: Springer, 2012.
- SANAHUJA, José Antonio. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: el caso de UNASUR. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CRIES, 2012.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul/dez 1995.
- SERBIN, Andrés. Déficit democrático y participación ciudadana en el marco del regionalismo post-liberal. **Anuario de la integración regional de América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CRIES, 2012.
- VAZQUEZ, Mariana. Luces y sombras de la participación social en el Mercosur. **Densidades**, v. 1, p. 88-96, 2008.

Funções de colaboração exercidas

Lana Rodrigues Silva:

Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Análise formal; Software; Investigação; Escrita (primeira redação);

Aline Contti Castro:

Conceituação; Validação; Administração do projeto; Análise formal; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos(as) autores(as) de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)